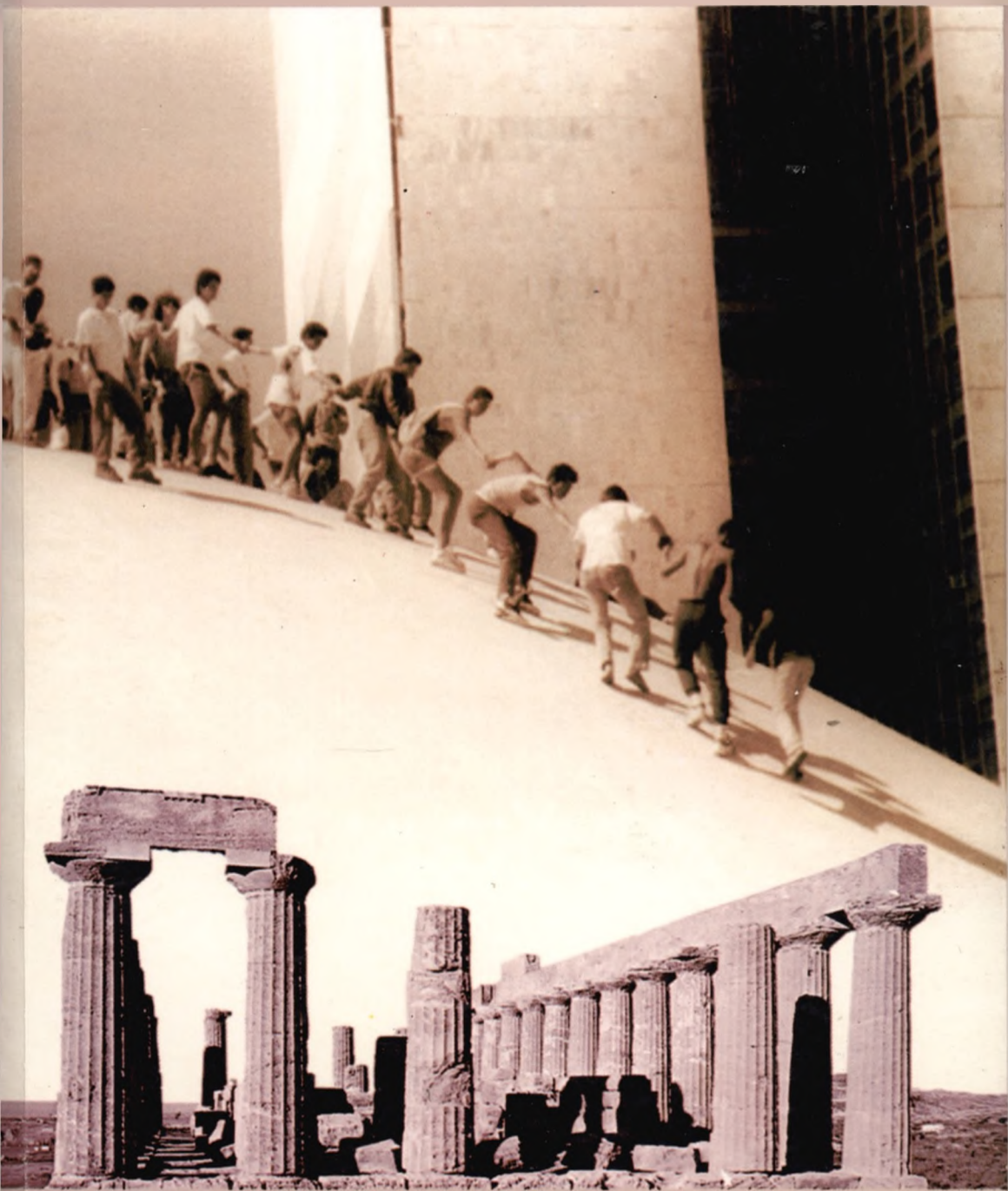


democracia a grande revolução



Para que serve a democracia? Quem se beneficia dela? É a democracia um fenômeno natural ou deve ser construída e consolidada?

O objetivo deste livro é contribuir para o debate inerente ao processo democrático. O *Simpósio Florestan Fernandes – a Construção da Democracia*, em homenagem a um dos maiores pensadores do Brasil, foi a maneira idealizada para se obter algumas respostas aos desafios atuais enfrentados pelas nações democráticas. Reuniu representantes de vários países para apreender experiências de consolidação de diferentes processos democráticos.

As crises sociais de naturezas diversas que afetam os países de todo o mundo provocam a discussão dos modelos democráticos, cujos elementos formais, efetivamente, existem. Todas as lutas do século XX foram pelo princípio histórico da democracia – a liberdade. O século XXI será o das lutas por equidade, pois sem ela corremos o risco de perder todas as conquistas democráticas. A complexidade das questões sociais exige compromisso coletivo e individual para transformar a promessa de democracia em realidade.

O título desta obra reflete a necessidade de uma grande revolução a ser empreendida para a construção e a consolidação da democracia em todo o mundo.

O *Simpósio Florestan Fernandes – a Construção da Democracia* é a contribuição efetiva da Universidade de Brasília, que na forma de livro socializa o debate. A continuidade do *Simpósio Florestan Fernandes* é o compromisso da UnB com os ideais democráticos para o próximo século.

**DEMOCRACIA
A GRANDE REVOLUÇÃO**



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor

João Claudio Todorov

Vice-Reitor

Erico Paulo Siegmar Weidle

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Diretor

Alexandre Lima

CONSELHO EDITORIAL

Presidente

Emanuel Araújo

Alexandre Lima

Álvaro Tamayo

Aryon Dall Igna Rodrigues

Dourimar Nunes de Moura

Emanuel Araújo

Euridice Carvalho de Sardinha Ferro

Lúcio Benedito Reno Salomon

Marcel Auguste Dardenne

Sylvia Ficher

Vilma de Mendonça Figueiredo

Volnei Garrafa

DEMOCRACIA A GRANDE REVOLUÇÃO

Hermes Zaneti (organizador)

EDITORA

UnB

Fundação de Apoio à Pesquisa/DF

Direitos exclusivos para esta edição:
EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
SCS - Q. 02 - Bloco C - nº 78 - Edifício OK - 2º andar
70.300-500 - Brasília - DF
FAX: (061) 225-5611

Copyright © 1996 by Editora Universidade de Brasília

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem autorização por escrito da Editora.

Impresso no Brasil

EDITORES

TANIA MOREIRA DA COSTA E REGINA MARQUES

PREPARAÇÃO DE ORIGINALS/REVISÃO

TANIA MOREIRA DA COSTA, REGINA MARQUES E SILVIA MARIA ALVES

ACOMPANHAMENTO EDITORIAL

SONJA SAMPAIO

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

LUÍZA MARIA ROCHA NERY

CAPA

FORMATOS DESIGN E INFORMÁTICA

SUPERVISÃO GRÁFICA

ELMANO RODRIGUES PINHEIRO

ISBN: 85-230-0451-3

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca Central da Universidade de Brasília.

D383 Democracia: a grande revolução / organização de Hermes Zaneti. — Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

179 p.

1. Ciência Política. 2. Democracia. I. Zaneti, Hermes.
II. Título.

CDU 32
321.7

SUMÁRIO

Apresentação

Hermes Zaneti – Coordenador do Projeto Constituição, 7

Introdução

Democracia: a grande revolução, 11

João Claudio Todorov – Reitor da Universidade de Brasília

I - A construção da democracia

A revitalização da arte da política, 15

Fernando Henrique Cardoso – Presidente da República Federativa do Brasil

II - Democracia: das origens à modernidade

Celebrando 2.500 anos de democracia, 31

Alexander Vayenás – Embaixador da República Helênica no Brasil

A evolução da democracia representativa, 37

Donald Keith Haskell – Embaixador do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte no Brasil

III - Democracia no século XXI

O desafio da equidade, 43

Juan Somavia – Presidente da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social em Copenhague, Embaixador do Chile na ONU.

Debatedores

Limitações da agenda da Cúpula Social de Copenhague, 61

Benício Viero Schmidt – Sociólogo, Professor da UnB

Democracia com equidade: um direito?, 67

Lia Zanotta Machado – Diretora do Centro de Apoio a Intercâmbios e Programas Internacionais da UnB

IV - Democracia na Ibero-América

O valor da democracia como sistema na América Latina: a experiência venezuelana, 73

Rafael Caldera – Presidente da República da Venezuela

O fortalecimento do processo democrático da Venezuela, 83

Alfredo Toro Hardy – Embaixador da República da Venezuela no Brasil

Cuba: a determinação por um caminho próprio, 95

Jorge Lezcano Perez – Membro do Conselho de Estado da República de Cuba

Democracia, desenvolvimento econômico e equidade social, 109

Heraldo Muñoz – Embaixador da República do Chile no Brasil

Democracia: valor a ser entendido e compartilhado, 121

Alieto Aldo Guadagni – Embaixador da República Argentina no Brasil

Formação da democracia na Colômbia, 133

Mario Galofre Cano – Embaixador da República da Colômbia no Brasil

V - Democracia no Pós-Comunismo

A política no pós-comunismo, 145

Jelju Jeleu – Presidente da República da Bulgária

A evolução política e constitucional da Polônia, 149

Aleksander Luczak – Vice-Primeiro-Ministro da República da Polônia

Democracia, direitos humanos e estado de direito na Eslováquia, 159

Branislav Hitka – Embaixador da República Eslovaca no Brasil

Democratização multifacetária e permanente na Hungria, 165

Gábor Tóth – Embaixador da República da Hungria no Brasil

Estado de direito e economia de mercado na Romênia, 173

Romulus Roman – Encarregado de Negócios da Romênia no Brasil

APRESENTAÇÃO

Hermes Zaneti
Coordenador do Projeto Constituição

Assunto altamente complexo, a democracia tem ocupado significativos espaços em debates teóricos em muitos países. Importantes pensadores têm-se dedicado à questão da democracia. Nosso objetivo, nesta apresentação, é, também, referir o pensamento de alguns desses autores que deram enfoques interessantes à matéria, para motivar a discussão.

Giovanni Sartori¹ faz uma pergunta instigante: “A democracia pode ser qualquer coisa?”, para em seguida citar Tocqueville que diz: “É nossa forma de usar as palavras ‘democracia’ e ‘governo democrático’ que cria a maior confusão. A menos que essas palavras sejam claramente definidas e haja concordância quanto à sua definição, as pessoas vão viver numa confusão inextricável de idéias, para grande vantagem dos demagogos e déspotas”.

É ainda Sartori² que nos lembra que “(a) o ideal democrático não define a realidade democrática e, vice-versa, que uma verdadeira democracia não é, e não pode ser, o mesmo que uma democracia ideal; e que (b) a democracia resulta de interações entre seus ideais e sua realidade e é modelada por elas: pelo impulso de um dever ser e pela resistência de um é”.

O embate dinâmico das forças que compõem a democracia é destacado por Przeworski³:

Numa democracia todas as forças devem lutar continuamente pela satisfação de seus interesses. Nenhuma delas encontra refúgio em suas posições políticas. Ninguém pode esperar pelos resultados para modificá-los depois; todos devem subordinar seus interesses à competição e à incerteza. O momento crucial da transição do regime autoritário para o regime democrático é a passagem daquele limiar além do qual ninguém pode intervir para reverter os resultados do processo político formal. A democratização é um ato de submissão de todos os interesses à competição, é uma ação de institucionalização da incerteza. O passo decisivo em direção à democracia é dado pela transferência do poder de um grupo de pessoas para um conjunto de regra.

¹ Sartori, Giovanni. *A Teoria da Democracia Revisitada*, vol. 1, São Paulo: Ática, 1994: 16.

² *Idem*, *ibidem*: 24.

³ Przeworski, Adam. *Democracia e Mercado*, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994: 31.

O mesmo autor nos alerta que “a democracia pode ser um efeito conjunto de condições e instituições” e que “as instituições devem adequar-se às condições”.⁴ Analisando a questão da sobrecarga de demandas, quando não autocontida, podendo inviabilizar a governabilidade e comprometer a própria democracia, o autor destaca que os mecanismos de alocação são mais importantes que as formas de propriedade e que o sistema econômico mais racional e humanitário é aquele que depende da existência de mercados regulados para a alocação de recursos e da presença do Estado para garantir um bem-estar material básico para todos⁵.

É importante lembrarmos que a democracia permite à sociedade organizar-se para a disputa dos diferentes interesses em jogo. Ela não é, no entanto, um elástico com capacidade ilimitada para esticar. Nesse sentido, e com as necessárias cautelas, é bom termos em conta as observações de Huntington⁶, para quem: “Um valor que, normalmente, é bom em si não é, necessariamente, otimizado quando é maximizado. Nós reconhecemos que existem limites potencialmente desejáveis à extensão indefinida da democracia política. Democracia terá uma longa vida se tiver uma existência mais balanceada”.

Estas poucas referências, de alguns dos autores que se ocupam do tema, dão uma idéia da complexidade desta discussão. Mostram, igualmente, que o assunto não pode ser ignorado.

A Universidade de Brasília atribui importância especial ao tema da democracia e à política em geral, atendendo, assim, a uma de suas vocações, por ser a universidade da capital política do País. Por isso, criou o Projeto Constituição para acompanhar o processo de discussão das alterações na Constituição do Brasil, pelo Congresso Nacional, em 1995. Entre as várias atividades desenvolvidas, destacamos o “Simpósio Florestan Fernandes – a Construção da Democracia”. O Simpósio constituiu-se, basicamente, de uma série de conferências proferidas por embaixadores de vários países de diferentes continentes. Recebeu mensagens, especialmente escritas para a ocasião, do Presidente da República da Bulgária, Jeliu Jelev, e do Vice-Primeiro-Ministro da República da Polônia, Aleksander Luczak. Conferência especial sobre o assunto em foco foi proferida pelo Doutor Rafael Caldera, Presidente da República da Venezuela. Estiveram presentes e proferiram conferências o Embaixador Juan Somavia, Presidente da Cúpula

⁴ *Idem, ibidem*: 58.

⁵ *Idem, ibidem*: 12.

⁶ Huntington, Samuel P. *The Crisis of Democracy*.

Mundial de Desenvolvimento Social de Copenhague e o Deputado Jorge Lezcano Perez, Membro do Conselho de Estado da República de Cuba. Recebemos, ainda, com exclusividade para publicação, texto de conferência proferida pelo Professor Fernando Henrique Cardoso, Presidente da República Federativa do Brasil, na Universidade de Stanford, versando sobre o tema em foco.

Reunimos o conjunto destes textos para esta publicação que intitula-mos: *Democracia: a grande revolução*. O livro oferece, assim, um panorama amplo da evolução do processo democrático. Aborda desde o problema dos excluídos, um dos itens tratados pelo Reitor da UnB, Doutor João Claudio Todorov na Introdução; discute a construção da democracia, quando o Professor Fernando Henrique Cardoso aponta a necessidade de revitalizar a arte da política; nos leva das origens da democracia à modernidade, nos textos dos Embaixadores da Grécia e da Grã-Bretanha no Brasil; nos remete para o futuro, na democracia no século XXI, onde o Embaixador Juan Somavia, com a participação dos professores da UnB, Lia Zanotta Machado e Benício Viero Schmidt, discute o desafio da equidade apontando a necessidade da erradicação da miséria.

Uma visão histórica dos grandes desafios e a permanente turbulência política que tem envolvido a construção da democracia nos países ibero-americanos é apresentada pelo Presidente da Venezuela, pelo Deputado Jorge Lezcano Perez e pelos Embaixadores do Chile, da Argentina, da Colômbia e da Venezuela. As mensagens do Presidente da Bulgária e do Vice-Primeiro-Ministro da Polônia, além das conferências dos Embaixadores da Eslováquia, da Hungria e do Encarregado de Negócios da Romênia, mostram o processo de construção das mais jovens democracias do mundo.

O conteúdo do livro apresenta a luta que tem sido, ao longo da história, a construção do regime democrático. Vítima de ataques nos mais diferentes países, submergindo em períodos mais ou menos longos, a democracia acaba por emergir como expressão de vontade da maioria do povo, como são exemplos a Argentina, a Venezuela, a Colômbia, o Chile, a Polônia e o Brasil, só para citar alguns.

A motivação da UnB para discutir a questão da democracia decorreu do fato de termos constatado que parece haver um senso comum de que se não fizermos nada, se não tivermos nenhum projeto institucional, então, como por inércia, acontecerá a democracia. Ela seria, assim, um acontecimento quase natural. A história tem mostrado, porém, inúmeras interrupções do processo democrático em muitos países. Na vigência de regimes autoritários, as forças democráticas unem-se para restabelecer a democracia, mas obser-

va-se que, durante os períodos democráticos, não há suficiente empenho dessas mesmas forças no sentido de fortalecer as instituições que garantam a democracia. Nossa convicção, no entanto, é que a democracia deve e pode ser construída e que essa construção passa por um amplo processo de discussão, de participação. As universidades têm um papel especial nessa tarefa, porque elas são, em geral, as primeiras vítimas sempre que ocorre a interrupção autoritária do processo democrático.

A construção de instituições que promovam e defendam a democracia passa pela perspectiva de que as diferentes forças políticas que participam do embate democrático tenham, no presente e no futuro, chance de ver suas reivindicações atendidas. A liberdade que a democracia oferece é extremamente importante, mas não suficiente. Ela precisa garantir uma perspectiva redistributiva. À democracia formal, da liberdade de expressão, do direito de ir e vir, precisamos acrescentar a democracia substantiva, entendida como a erradicação da miséria, a redistribuição da renda, de tal sorte que o povo sinta no bolso e em casa os efeitos da democracia, pois só assim participará do processo de sua construção e defesa.

É importante observar que a democracia, nos últimos anos, ganhou importantes espaços. É muito significativo o número de países que vivem hoje sob o regime democrático. Segundo Przeworski,⁷ “nunca na história tantos países desfrutaram de instituições democráticas ou, pelo menos, submetem-nas a teste”. A democracia cresceu muito, igualmente, como valor; eis que mesmo regimes que, a rigor, não poderiam ser classificados como democráticos, assim se intitulam para buscar maior respeitabilidade e inserção na comunidade internacional.

A obra que ora oferecemos contém relatos históricos, reflexões teóricas e depoimentos ricos com experiências concretas vividas em diferentes países do mundo. Não tem a pretensão maior de realizar uma revisão teórica sobre o assunto. É uma contribuição inicial à discussão da construção da democracia, na esperança de que possa ser ampliada com a participação de outros países e de que saibamos aproveitar esse momento para criar e fortalecer instituições democráticas justas e eficazes, em condições de dar suporte ao processo democrático, que é, ao mesmo tempo, uma realidade e uma promessa permanente.

⁷ Przeworski, Adam. *Democracia e Mercado*, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994: 9.

A EVOLUÇÃO DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA

Donald Keith Haskell
Embaixador do Reino Unido da Grã-Bretanha
e Irlanda do Norte no Brasil

Tanto no Brasil como em muitos outros países, às vezes tenho que explicar que o título “Embaixador Inglês” ou “Embaixador da Inglaterra” é um pouco errado. A Inglaterra é somente um dos quatro Estados que constituem o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte. Mas, nesta ocasião, falar da Inglaterra e da democracia moderna é totalmente correto, porque as origens da democracia parlamentar encontram-se na Inglaterra durante a Idade Média, alguns séculos antes da formação do Reino Unido.

A democracia antiga se expressou notadamente em Atenas, durante o século V a.C. Essa democracia era direta e pessoal, realizada pela participação do cidadão individual em assembléias gerais. O mesmo conceito pode ser visto nas assembléias antigas dos povos nórdicos, os *Things*, que estavam abertas a qualquer homem livre. Hoje em dia é perpetuado nas “reuniões do povo” de pequenas cidades da Nova Inglaterra, nos Estados Unidos. Uma vez por ano, os habitantes reúnem-se para escrutinar os orçamentos municipais, expor as suas preocupações e eleger os seus vereadores. A tradição é grega, adaptada às circunstâncias modernas.

Mas na Inglaterra podemos observar o lento desenvolvimento de um outro tipo de democracia: a democracia representativa. No ano de 1215, depois de vários anos de luta entre o Rei e os nobres, o Rei João da Inglaterra assinou um acordo com os seus barões mais influentes. Este acordo é conhecido como a Carta Magna, que estabeleceu a independência dos tribunais e impôs ao Rei a obrigação de consultar os seus barões sobre os aspectos mais importantes da política. Não continha nenhuma previsão para a representação ou a consulta popular. Os direitos concedidos aos barões pela Magna Carta são a origem da Câmara dos Lordes, que agora funciona como a câmara superior do nosso Parlamento, palavra que apareceu pela primeira vez no ano de 1236.

Durante os séculos XIII e XIV, a Inglaterra viu-se implicada numa série de longas e dispendiosas guerras com a Escócia e a França, que continuaram durante vários reinados. Os recursos dos reis e dos barões não eram suficientes para suportar os gastos dos conflitos. Os reis viram-se obrigados a chamar representantes da classe mercantil para obter cooperação na arrecadação de impostos. Estas reuniões de representantes dos condados e ci-

dades, numa Câmara dos Comuns, começaram a ocorrer com maior frequência e duravam mais tempo. Antes do ano de 1500, o Parlamento existia como autoridade legislativa e tributária, numa forma quase idêntica ao Parlamento de hoje.

Por quase duzentos anos, a partir de 1500, ocorreram muitas lutas para a proeminência entre os reis e os membros do Parlamento. Culminaram numa guerra civil entre os monarquistas e os parlamentares. A guerra durou sete anos, de 1642 a 1649, terminando com a vitória dos parlamentares. O Rei Carlos I foi decapitado em janeiro de 1649, e a Inglaterra foi declarada República. Depois da morte do líder dos parlamentares, o ditador Oliver Cromwell, a monarquia foi restaurada e o filho de Carlos I subiu ao trono, com o título de Rei Carlos II.

Mas os poderes dos reis foram reduzidos.

Um dos incidentes que provocou a guerra civil foi o irrompimento do Rei Carlos I e seus soldados na Câmara dos Comuns, em busca de um grupo de parlamentares rebeldes. Foi a última vez que a imunidade parlamentar foi violada. Hoje em dia, o rei, ou a Rainha, não tem o direito de entrar na Câmara. Mais ainda, quando o Monarca preside a abertura do Parlamento – uma cerimônia que ocorre na Câmara dos Lordes – e o seu representante vai a Câmara dos Comuns para convocar os seus membros, a porta da Câmara é cerimonialmente fechada na sua presença, como manifestação física da independência dos Comuns.

Antes do século XIX, eram poucos os homens que tinham direito ao voto para a eleição dos seus representantes na Câmara dos Comuns. No ano de 1832, foi instituída a votação secreta e o direito ao voto foi estendido a todos os homens proprietários de suas casas e em 1867 a todos os homens maiores de 21 anos de idade. Mulheres com mais de 30 anos de idade receberam o direito de votar em 1918; as de entre 21 e 30 anos, em 1928. Em 1969, o direito ao voto foi estendido a jovens de 18 a 21 anos de idade. A emancipação feminina ocorreu na Grã-Bretanha mais ou menos na mesma época que em outros países europeus. Mas tenho de admitir que na Austrália as mulheres já tinham direito ao voto nos últimos anos do século passado.

No nosso sistema parlamentar, só os membros da Câmara dos Comuns são eleitos. Cada um dos 650 parlamentares representa um distrito eleitoral, e o candidato que obtém mais votos, ganha. Não é necessário uma maioria absoluta. O sistema dificulta a representação de partidos minoritários, mas tem a vantagem de assegurar uma maioria sólida para o governo. Nas quinze eleições desde a Segunda Guerra Mundial, só houve uma ocasião, em fevereiro de 1974, em que nenhum dos partidos ganhou uma maioria absoluta

na Câmara dos Comuns. Num sistema parlamentar de governo, uma maioria é muito mais necessária para o processo de governar que no sistema brasileiro ou norte-americano, onde os poderes Executivo e Legislativo são separados.

A Câmara dos Lordes é uma curiosidade.

Não existe em qualquer país do mundo outra com características sequer parecidas. A maioria dos seus membros são nobres hereditários, inclusive descendentes dos barões que lutaram com o Rei João, em 1215. Nestes últimos trinta anos centenas de lordes vitalícios têm sido incorporados: ex-políticos, burocratas, sindicalistas, acadêmicos, entre outros, nomeados pelas suas qualidades individuais. Além destes, 26 bispos da Igreja Anglicana e 20 juízes têm bancas na Câmara dos Lordes. Estes últimos porque a Câmara dos Lordes também funciona como o nosso tribunal supremo de justiça. Embora os membros da Câmara dos Comuns recebam um salário (mais ou menos a metade do salário anual dos deputados federais brasileiros), os lordes só recebem uma diária.

Uma crítica frequente à Câmara dos Lordes é que o princípio hereditário não é compatível com a democracia. Uma resposta é que os poderes dos lordes são limitados: não têm voz na consideração de leis tributárias e não podem vetar leis aprovadas duas vezes seguidas pela Câmara dos Comuns. Essencialmente as suas funções são de revisão, emenda e recomendação de leis aprovadas pela Câmara dos Comuns, que mesmo assim retém o direito de ignorar tais recomendações. Entre os seus membros há representantes de vários setores da vida nacional: esporte, teatro, serviço público, que não têm, e não teriam, representação na Câmara dos Comuns, inclusive os comunistas. O único representante do Partido Comunista no nosso Parlamento é um nobre, que usa os seus poderes hereditários para atacar o conceito do poder hereditário.

Mencionei a diferença entre o sistema parlamentar de governo e o sistema de separação de poderes. O Brasil, os Estados Unidos e outros países americanos dividem as funções de governo entre o Poder Executivo – o Presidente da República e os seus Ministros e o Poder Legislativo, o Congresso. O terceiro poder, evidentemente, é o Poder Judiciário.

Este sistema teve origem na Constituição dos Estados Unidos. Os colonos rebeldes manifestaram a sua antipatia ao Reino Unido na pessoa do Rei Jorge III, e desenvolveram uma estrutura de “freios e balanços” para assegurar que nem o Presidente e nem o Congresso tivessem supremacia, e que o processo de governo necessitasse de cooperação mútua.

Conseqüentemente, a política governamental de países como os Estados Unidos e o Brasil é o produto da tensão criativa entre os dois ramos de go-

verno. O Presidente da República dirige o Poder Executivo. Não existe um primeiro-ministro, ou se existe (como por exemplo no Peru), não tem poderes iguais a um primeiro-ministro num sistema parlamentar. Os senadores e deputados, se são nomeados como ministros de estado, devem renunciar ou suspender a sua participação no Congresso.

No sistema britânico, o primeiro-ministro é o líder do grupo majoritário na Câmara dos Comuns, e os seus ministros são os seus aliados parlamentares. O Chefe-de-Estado, a Rainha, tem poderes nominais. Não existe tensão entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, porque são os mesmos. Não existe falta de contato e compreensão entre os ministros e os congressistas, porque os ministros são também membros da Câmara. O Congresso brasileiro tem o direito de chamar ministros para que lhe dê informações. Mas o Primeiro-Ministro britânico participa de todos os debates parlamentares e é obrigado a apresentar-se na Câmara duas vezes por semana para responder às perguntas dos membros. Mas o poder do governo não é ilimitado. Num sistema presidencial, o Presidente da República pode continuar no seu cargo, evidentemente com dificuldade, mesmo perdendo o apoio do Congresso. Sem o apoio de uma maioria de membros na Câmara dos Comuns, um governo britânico cai automaticamente.

O nosso sistema parlamentar tem sido adotado por mais de quarenta países que formam a *Commonwealth*. A maioria de países da Europa, e também o Japão, têm sistemas parlamentares de governo essencialmente idênticos, com a exceção de que a Câmara Superior é eleita. Existem algumas variações: por exemplo, a maioria dos países que elegem os seus deputados por representação proporcional, normalmente têm as salas de reunião em forma de um hemiciclo, revelando um espectro de todas as cores políticas. Na Câmara britânica os representantes do governo enfrentam diretamente os da oposição. No tapete que separa as duas bancadas, podem notar-se duas linhas paralelas, separadas por dois metros. Quando discursando, o parlamentar não deve cruzar a linha mais perto. Há duzentos ou mais anos, isto foi uma precaução tomada para proteger o orador das espadas dos seus inimigos na outra bancada.

Espero ter mostrado a razão porque o Parlamento britânico é conhecido como a “Mãe dos Parlamentos”. Não posso declarar que a democracia britânica seja perfeita, nem insistir em que todos os princípios democráticos sejam praticados na Inglaterra. Mas acredito que o meu País foi um dos primeiros, senão o primeiro de todos, a aplicar os seguintes conceitos:

- a limitação de poderes absolutos do monarca;
- a eleição de representantes populares para defender os interesses do povo em geral;
- a imunidade de parlamentares no exercício das suas funções oficiais;
- a votação secreta;
- a abertura do processo de administração ao escrutínio de representantes eleitos.

Como disse o famoso Primeiro-Ministro britânico, *Sir Winston Churchill*: a democracia seria o pior sistema de governo, se não fossem todos os outros.



Imprenta:
GRÁFICA VALCI EDITORA LTDA
SIG - Quadra 8 - Lote 2.230
Telefone: 344-1747 - Fax: 344-3025
CGC - 00336024/0001-16

Outros lançamentos da Editora UnB:

Einstein estava certo?
Clifford M. Will

*A minoria próspera e
a multidão inquieta*
Noam Chomsky

Rejuvenescer a velhice (2ª edição)
Maria Laís M. Guidi e
Maria Regina de L. P. Moreira (orgs.)

O texto da notícia
Elcias Lustosa

A potência do dragão
Sérgio Caldas Mercador Abi-sad

Drogas e sociedade nos tempos da Aids
Richard Bucher

Flauta transversa – método elementar
Pierre-Yves Artaud

*Entre árvores e esquecimentos –
história social nos sertões do Brasil*
Victor Leonardi

Amigos traiçoeiros
Sérgio Bath e Thiago de Mello

*O protestantismo, a maçonaria e a
questão religiosa no Brasil* (2ª edição)
David Gueiros Vieira



"...você pensa que revolucionário é o seu socialismo. Engana-se. Revolucionária é a democracia. O socialismo no máximo pode ser um dos conteúdos da democracia. A democracia é revolucionária porque é um regime sempre incompleto, sempre a fazer-se, aberto e plural, mas tudo isso na direção de uma sociedade com igualdade de oportunidades. E mais: para a sua prática efetiva, somente quando haja muita cultura e uma sociedade educada."

Anísio Teixeira

(Depoimento de Anísio Teixeira ao
Senador Artur da Távola)

Cod Edu: 27669

ISBN 85-238-0451-3



9 788523 004514